

EDUCAÇÃO

Mais professores para o país

Lei oficializada pelo governo institui cinco princípios fundamentais para a valorização dos docentes da educação básica e fomento à escolha da carreira. Segundo o Inep, falta de formação pode provocar “apagão” de professores no país

» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal instituiu, ontem, a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica — Mais Professores para o Brasil, com o objetivo de estimular o ingresso, a permanência e a conclusão de estudantes em cursos de licenciatura, além de ampliar o número de docentes nas escolas públicas. A iniciativa foi formalizada pela Lei nº 15.344, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos ministros Camilo Santana (Educação) e Macacé Evaristo (Direitos Humanos e da Cidadania), e publicada ontem, no Diário Oficial da União (DOU).

A nova política surge em um contexto de alerta para o sistema educacional brasileiro. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam a iminência de um “apagão docente” em determinadas áreas. Segundo o Censo da Educação Básica de 2022 e o Censo da Educação Superior, a demanda imediata aponta para a necessidade de 57% mais professores de matemática e 68% mais docentes de ciências e biologia no país.

O cenário é agravado pelo baixo interesse dos jovens pela carreira. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), apenas 2,4% dos estudantes brasileiros de 15 anos demonstram vontade em seguir a profissão docente. Um estudo do Sistema de Avaliação da Sustentabilidade (Semesp), divulgado em 2022, projeta que o Brasil poderá enfrentar um déficit de até 235 mil professores da educação básica até 2040, resultado do envelhecimento da categoria, do abandono precoce da carreira e das altas taxas de evasão

Ed Alves/CB/D.A. Press



Objetivo da iniciativa é ampliar o número de docentes na educação básica e promover o ingresso na rede pública de ensino

em cursos de licenciatura, sobretudo na modalidade a distância.

Soluções

Para tentar reverter esse quadro, a Política Nacional de Indução à Docência está estruturada em cinco princípios: valorização dos professores da educação básica; estímulo à escolha da carreira docente; melhoria da qualidade do ensino; superação das desigualdades

educacionais; e promoção da equidade na formação de docentes em todas as regiões do país.

Entre as principais medidas está a oferta anual de bolsas para estudantes com alto desempenho no ensino médio que ingressarem em cursos presenciais de licenciatura. O objetivo é permitir dedicação integral à formação acadêmica, ao estágio supervisionado e às atividades de extensão.

As bolsas serão direcionadas prioritariamente a áreas e

territórios com maior carência de professores. Em contrapartida, os beneficiários deverão ingressar em uma rede pública de ensino em até cinco anos após a conclusão do curso e permanecer pelo menos dois anos no magistério.

A política também contempla licenciados e bacharéis de qualquer área que optem por atuar em regiões com déficit de docentes. Nesses casos, haverá oferta de bolsas vinculadas à realização de

pós-graduação com foco em docência na educação básica, desde que as redes de ensino comprovem a carência e realizem a contratação durante o período do benefício.

Outra medida é a criação da Prova Nacional Docente (PND), que será aplicada anualmente para subsidiar estados, municípios e o Distrito Federal nos processos de seleção e ingresso de professores no magistério público. Além das ações prioritárias, a política prevê

campanhas públicas para valorizar a carreira docente, incentivar a participação de universitários em atividades de pesquisa e extensão nas escolas e promover ações intersectoriais voltadas à saúde mental dos estudantes de licenciatura.

A iniciativa integra o programa Mais Professores para o Brasil, lançado em janeiro de 2025, que reúne ações voltadas à valorização e à qualificação do magistério. Em 2025, o programa alcançou 2,7 milhões de professores e impactou 57,3 milhões de estudantes em todo o país. Estruturado em cinco eixos — seleção, atratividade, alocação, formação e valorização docente —, o programa busca fortalecer o ensino público e assegurar educação de qualidade em todas as regiões do Brasil.

O deputado federal Rafael Brito (MDB-AL), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, comentou sobre o programa ao Podcast do **Correio**. Segundo ele, a discussão acerca da iniciativa é urgente. “Foi relatada na Câmara pela deputada Socorro Neri (PP-AC) e induz alunos para a docência, que é uma coisa muito importante. Ou seja, alunos que tirarem acima de 650 no Enem e forem para a licenciatura recebem uma bolsa de R\$ 1.050 mil por mês durante toda a graduação. Isso é muito importante porque o mundo está vivendo um período de apagão de professores”, disse.

“Essa política pública faz com que bons alunos se atraiam por áreas que eles se destacaram durante a sua jornada escolar. Além disso, aqueles que já são professores de rede e quiserem se qualificar também receberão uma bolsa durante o período da qualificação”, completou o parlamentar.

VIOLÊNCIA

Ruy Ferraz: três integrantes do PCC presos

» IAGO MAC CORD

A Polícia Civil de São Paulo (PCSP) prendeu, ontem, três integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) suspeitos de serem os mandantes do assassinato do ex-delegado-geral da corporação Ruy Ferraz Fontes — executado a tiros em setembro do ano passado na Praia Grande, litoral paulista. As prisões, efetuadas em São Paulo, Jundiaí e Mongaguá, mobilizaram 80 policiais civis, além do cumprimento de 13 mandados de busca e apreensão e cinco de prisão temporária.

Os presos possuem um longo histórico criminal de mais de 20 anos, com passagens por roubo a banco, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. O principal suspeito, identificado como Fernando Alberto Ribeiro Teixeira, conhecido como Azul, é apontado como líder

do PCC na Baixada Santista e principal articulador da emboscada. Durante a gestão de Ruy Ferraz na PCSP, em 2019, ele foi transferido para presídios federais.

O segundo preso ontem foi Márcio Serapião de Oliveira, chamado de Velhote. Ele é investigado por dar apoio estratégico e logístico, sendo suspeito de financiar e ocultar veículos utilizados no crime. O terceiro trata-se de Manoel Alberto Ribeiro, o Manoelzinho, apontado como o articulador operacional, monitorando a rotina da vítima e auxiliando na fuga dos executores.

Em coletiva de imprensa, o secretário de Segurança Pública do São Paulo, Nico Gonçalves, afirmou ter “90% de certeza” de que o assassinato de Ruy Ferraz foi uma retaliação direta por prisões que a própria vítima efetuou ao longo de sua carreira na polícia. Segundo o

chefe da pasta, os três integrantes presos são assaltantes de banco que foram detidos pessoalmente pelo ex-diretor da PCSP em 2005.

“Todos eles tiveram contato direto com o Ruy na época, que prendeu eles por roubo a banco. Ficou essa mágoa, uma vingança contra o Ruy”, afirmou. Apesar da forte convicção na tese da vingança, o secretário ponderou que outras hipóteses investigativas ainda não foram totalmente descartadas pela Polícia Civil.

Emboscada

A investigação indica que o planejamento para a morte de Ruy Ferraz começou em março do ano passado, com um monitoramento intensivo iniciado em junho. A execução ocorreu em 15 de setembro, na Praia Grande, após uma

perseguição em alta velocidade que culminou na colisão do carro do ex-delegado contra um ônibus.

Na ocasião, os criminosos efetuaram mais de 20 disparos de fuzil contra a vítima e, posteriormente, incendiaram os veículos roubados utilizados na ação para destruir evidências. A polícia acredita que a decisão pelo assassinato tenha partido da “sintonia” do PCC, o núcleo decisório da facção que funciona de forma semelhante a um tribunal.

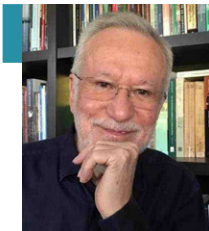
Ruy Ferraz Fontes teve uma carreira de mais de 40 anos na Polícia Civil, onde liderou departamentos como o Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc) e o Departamento de Operações Policiais Estratégicas (Dope),

tornando-se uma figura central no combate ao crime organizado ao indiciar a cúpula do PCC, incluindo Marcola, em 2006.

Relatórios policiais apontam que a facção já cobrava sua morte em cartas manuscritas desde, pelo menos, 2019. Ao todo, as operações relacionadas ao caso já resultaram na prisão de 13 pessoas, enquanto o Ministério Público já denunciou oito executores e participantes em novembro do ano passado por crimes como homicídio qualificado e integração de organização criminosa armada. Embora Ruy Ferraz atuasse como secretário de administração de Praia Grande na época do crime, a hipótese de que o assassinato estivesse ligado a irregularidades administrativas na prefeitura foi descartada pelo MP, reforçando a tese de vingança da facção.

» Apologia ao nazismo

O Ministério Público e a Polícia Civil do Rio Grande do Norte vão investigar o caso de um adolescente que usou um traje militar nazista em uma festa de formatura em Mossoró (RN). O caso ocorreu durante uma cerimônia da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança. Além da roupa, ele apareceu em vídeos fazendo a tradicional saudação nazista que era feita para reverenciar Adolf Hitler, com o braço direito estendido. Segundo a organização da festa de formatura, o adolescente foi ao evento como convidado de duas irmãs, que eram formandas.



ALEXANDRE GARCIA

CHEFE DE UMA IGREJA QUE, POR 407 ANOS TINHA O ÍNDICE DOS LIVROS PROIBIDOS, O PAPA LEÃO SE MOSTRA UM PALADINO DAS LIBERDADES DE EXPRESSÃO, DE CONSCIÊNCIA, DE RELIGIÃO E ATÉ DE VIVER. ALERTA UM MUNDO QUE NÃO ESTÁ PERCEBENDO QUE ESSAS LIBERDADES ESTÃO SENDO RESTRINGIDAS.

Leão das liberdades

O Master, o Careca da Previdência, a Venezuela, o Irã, nesses dias, ocuparam no noticiário um espaço que deveria ser da manifestação seminal do Papa Leão XIV, na tradicional reunião de início de ano, no Salão das Bênçãos, com diplomatas de 184 países. É o discurso mais abrangente do Papa: de Roma para o mundo. Mencionou cada um dos grandes problemas da humanidade, confirmando que Habemos Papam! Destaco: “A guerra voltou a estar na moda e um fervor bélico está a alastrar.” E a família: “A subestimação do papel social da família está levando à sua progressiva marginalização institucional. A vocação ao amor e

à vida se manifesta na união exclusiva e indissolúvel entre a mulher e o homem.” E, destaque maior, a opressão das liberdades de opinião, de expressão, de consciência. “Não podemos esquecer o sofrimento de tantos detidos por motivos políticos, presentes em muitos países.”

Chefe de uma igreja que, por 407 anos tinha o Índice dos Livros Proibidos, só extinto por Paulo VI em 1966, o Papa Leão, com esse discurso, se mostra um paladino das liberdades de expressão, de consciência, de religião e até de viver. Alerta um mundo que não está percebendo que essas liberdades estão sendo restringidas. “É doloroso

constatar que, especialmente, no Ocidente, os espaços para a liberdade de expressão estejam cada vez mais a ser reduzidos, enquanto se desenvolve uma nova linguagem, ao estilo de Orwell, que, na tentativa de ser cada vez mais inclusiva, acaba por excluir aqueles que não se adaptam às ideologias que a animam.” O Papa americano conhece muito bem a tirania do movimento woke, nascido na Califórnia.

Ouça o Papa: “Quando as palavras perdem a sua correspondência com a realidade e a própria realidade se torna sujeita a opiniões e, em última análise, incomunicável, tornamo-nos como aqueles dois, de que fala Santo Agostinho, que são obrigados a permanecer juntos sem que nenhum deles conheça a língua do outro. A linguagem já

não é o meio privilegiado da natureza humana para conhecer e encontrar, mas, nas malhas da ambiguidade semântica, torna-se cada vez mais uma arma com a qual se engana ou se atinge e ofende os adversários. Precisamos que as palavras voltem a expressar de forma inequívoca realidades certas.”

E, mais adiante: “Isso deve acontecer nas nossas casas e praças, na política, nos meios de comunicação e nas redes sociais, bem como no contexto das relações internacionais e do multilateralismo, para que este último possa recuperar a força necessária para desempenhar aquele papel de encontro e mediação, necessário para prevenir conflitos, de modo que ninguém seja tentado a sobrepor-se ao outro pela lógica da força, seja ela verbal,

física ou militar.” “É importante notar que o paradoxo deste enfraquecimento da palavra é com frequência reivindicado em nome da própria liberdade de expressão. No entanto, se olharmos bem, é verdade o contrário: a liberdade de palavra e de expressão é garantida precisamente pela certeza da linguagem e pela certeza de que cada termo está ancorado na verdade.”

Cada um inventa o seu direito, sem se importar com os direitos de todos. “Isso ocorre quando cada direito se torna autorreferencial e, sobretudo, quando perde a sua conexão com a realidade das coisas, a sua natureza e a verdade.” As palavras não significam mais a realidade e a verdade. Isso é trágico para nos entendermos. Por isso, temos uma língua comum. A

Constituição do Brasil diz, no artigo 13, que é o português.

Os legislativos do Amazonas e de Santa Catarina, e os dos municípios de Porto Alegre, Murié (MG) e São Gonçalo (RJ), fizeram leis proibindo nas escolas e serviços públicos a linguagem neutra, que não existe na língua portuguesa. Mas o Supremo não permitiu que defendesse a Constituição. Alegou que é prerrogativa da União reger o ensino, quando deveria prevalecer a defesa da principal ferramenta de ensino, que é a língua. A falácia woke conquista até mentes bem-intencionadas. Ao votar, a ministra Cármen Lúcia afirmou que proibir a linguagem neutra viola a liberdade de expressão, mas contraria o Papa, a língua portuguesa, a natureza e a Constituição.